

A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NO ENSINO RELIGIOSO EDUCACIONAL ESCOLAR: O LAICISMO E A FORMAÇÃO RELIGIOSA DO HOMEM NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Simone Alves Sales Costa¹, Sérgio Rodrigues de Souza²

¹Estudante de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação – Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus - ES, Brasil. (alvessalescostas@gmail.com)

²Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS – Asunción – Paraguai (srgrodriguesdesouza@gmail.com)

Resumo: Este artigo aborda a questão relativa ao laicismo e ao ensino religioso no Estado Democrático de Direito, tomando como *leitmotiv* a transposição didática no ensino religioso educacional escolar. Laicismo designa um princípio, uma ideologia de matriz, claramente humanista que, ao valorizar as dimensões mais universais do ser humano, entendido na sua individualidade plural. O ensino didático da religião, mesmo na escola pública tem como fundamento, mostrar aos estudantes aquilo que existe de científico nela, sua aplicação na análise, interpretação e síntese.

Palavras-chave: Ensino religioso; Laicismo; Estado Democrático de Direito; Práxis pedagógica; Transposição didática.

INTRODUÇÃO

O ensino religioso secular é um problema didático que necessita ser resolvido e, não há outra forma de o fazer, se não, pela discussão ampla e profunda, sem proselitismo, preceito este que determina o laicismo. Há uma grande confusão em poder expressar a fé, pacificamente, sem sofrer qualquer tipo de moléstia, direito este que é garantido pela Constituição Federal de 1988 com a condição de que não o utilize para doutrinar outros indivíduos durante o exercício de uma profissão livre.

Um professor jamais pode levantar bandeira em nome de sua fé e/ou religião, mesmo que não esteja, em seu discurso, a menosprezar, de maneira aberta outras, porque de forma subentendida expressa já definiu qual a melhor convenção de crenças subjetivas e a de seus estudantes que não comungam de seus princípios eclesiásticos não se encaixam em seu juízo de valor; logo, já emitiu um parecer depreciativo sobre as demais.

O mais grave problema da atualidade é a intolerância da sociedade com relação ao que se encontra fora de seus conceitos pré-estabelecidos como verdadeiros e absolutos. Toda e qualquer congregação religiosa deseja, de modo subreptício, impor sua fé, suas crenças, seus deuses e seus modos de pensar e agir sobre todos os cidadãos e não medem esforços para tanto. Isto acaba por gerar uma guerra absurda e descabida culminando no desrespeito aos princípios constitucionais de laicidade que regem o Estado Nacional Brasileiro.

Não é possível pensar em educação de qualidade que não atinja a dimensão religiosa do ser humano,

entendendo que a formação humana deve buscar ser integral, contemplando, neste íterim, a religiosidade, onde que se faz necessário a inserção da transposição didática na práxis pedagógica do professor de Ensino Religioso, porque muito além de ser alguém que vai propor um ato de fé, na forma de uma reflexão em que o objetivo é a religação do ser humano com o sagrado, com aquele que encontra-se para além da capacidade humana de compreensão, vai propor, ainda, a interação do homem com o outro, com aquele que, igual a si, foi também feito à imagem e semelhança de Deus.

Esta questão é muito profunda e exige que cada qual não se olvide de que a imagem de Deus é expressada no seu semelhante; assim que, tudo aquilo que projeta de sublime no seu igual é dirigido ao Criador e, na mesma proporção, se projeta sobre eles tudo o que considera como mais nefasto, eis que esta é a percepção que toma para si, acerca Dele. Logo, não se trata de ensinar religião para os estudantes; antes, em levá-los a aprender sobre o que ela é e como se manifesta em cada um, a partir de seus sentimentos e de seu comportamento em particular.

Pensar a prática do ensino e da aprendizagem da religião na educação básica é um desafio que exige preparo profissional e didático por parte do professor e, para isto, deve lançar mão de ferramentas didáticas as mais variadas, apresentando domínio sobre os conteúdos que possa explorar, correndo o risco de ser mal interpretado em suas defesas ideológicas; mas que, ao aplicar uma condição de transposição didática em sua práxis pedagógica, compreenda que seu objetivo não é o de doutrinar ou de convencer quem quer que seja sobre a fé ou os valores de cada religião; antes, permitir que os estudantes entendam o



papel que esta desempenha sobre a vida e a existência humana, de forma individual e coletiva.

MATERIAL E MÉTODOS

Para conduzir este estudo, adotou-se uma abordagem metodológica bibliográfica, descritiva (Gil, 2020) como base, a partir de uma revisão sistemática sobre o tema. Os artigos selecionados foram submetidos a uma análise de conteúdo para examinar sua relevância e adequação aos objetivos do estudo. A exposição e interpretação dos resultados foram realizadas após essa análise. Como forma de ampliar e aprofundar investigação, determinada a atingir os objetivos propostos, adotou-se, como método, uma pesquisa integrativa, que tem como finalidade realizar um estudo analítico. Neste sentido, a investigação integrativa se apresenta como uma ampla abordagem metodológica, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão profunda e determinante dos assuntos analisados (Whittemore & Knafl, 2005).

Este artigo foi produzido a partir da leitura e interpretação de autores clássicos sobre o tema, buscando em artigos científicos e livros, resultados, teorias e práticas que se mostrassem condizentes com as expectativas de desenvolvimento do mesmo. Fundamentou-se, ainda, na práxis pedagógica do autor, que atuam na área, como professor, especialista e pesquisador, desenvolvendo projetos no referido campo de conhecimento.

Como instrumento metodológico foi utilizado a pesquisa bibliográfica, consultando livros e artigos que versam sobre o tema, a fim de tornar mais transparente e ampla a produção. Como métodos de interpretação dos textos consultados foi utilizado a análise bibliográfica sistemática. A metodologia deste estudo baseia-se em análises realizadas em livros e artigos, considerando os principais aspectos e abordagens sobre a temática abordada, aliada à práxis pedagógica do autor.

Este estudo se fundamenta no pensamento de Mikúlskiy (1985), para quem, “a via para o descobrimento dos mecanismos e regularidades do desenvolvimento da ciência, pelo qual entendemos, em primeiro lugar e de maneira principal, a criação de novo conhecimento, não consiste em limitar a investigação em princípio, exclusivamente ao campo do desenvolvimento lógico dos conceitos científicos, para a qual nos convida o internalismo, nem em reduzir a explicação da história da ciência exclusivamente às condições sociais e econômicas, o que infrutuosamente tratam de fazer os externalistas. Este caminho radica na consciência e relação da unidade didática e a interação do conteúdo da ciência

e as condições sociais e econômicas, culturais e históricas e os fatores pessoais com a influência determinante da prática histórico-social no desenvolvimento desta interação” (p. 14).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EXPRESSÃO DA PROBLEMÁTICA

Com relação à fé e às crenças humanas em forças sobrenaturais, do além, Jaspers (1965, p. 18) esclarece que, “desde a Antiguidade, acreditava-se numa grande unidade, brotada de uma hierarquia dentro da qual um estágio decorria, logicamente, do anterior: matéria inerte, vida vegetal e animal, psiquismo, consciência psicológica, pensamento” e esta sequência tinha uma lógica e uma razão de ser que, para o homem primitivo esclarecia toda a sua existência, importando para si que suas necessidades fossem atendidas, por meio de suas súplicas, orações e oferendas. Caso as adversidades abatessem sobre si, era por culpa de algum sacrílego que estava a enfurecer e a irritar os deuses, cabendo a sua intervenção sobre a coisa e, como que automaticamente, tudo se resolveria. Com o passar do tempo, este vínculo entre o homem e o sagrado foi se tornando tênue ao ponto de [quase] desaparecer, fazendo surgir um indivíduo que não encontra respostas para suas angústias e isto o conduz a um distanciamento ainda maior de si mesmo, porque aquilo que deseja encontrar não o pode ser em outro lugar que em seu próprio ser.

Nisto, tem-se que o ensino didático da religião, mesmo na escola pública, ressalvadas as peculiaridades de cada partícipe no processo, tem como fundamento, mostrar aos estudantes aquilo que existe de científico nela, entendendo por ciência todo um processo de categorização do pensamento e sua aplicação na análise, interpretação e síntese de algum objeto sobre o qual se pretenda aprofundar os conhecimentos através da experiência. Preconizou-se a definir a divisão das coisas terrestres e as coisas do além, como se isto fosse possível de se conseguir sem entrar em uma espiral de complexidade que apenas se renova, jamais diminui ou deixa de existir. A este sistema deu-se o nome de laicismo; um convencionalismo em que a Igreja cuidaria da profissão de fé dos indivíduos e o Estado cuidaria das coisas que podem ser explicadas pela experiência; a esta última condição, denominou-se ciência, fazendo surgir o conflito entre a religião e a ciência, em que a última se fundamenta na razão e a primeira, na crença, já refletindo todo um pré-conceito subjetivo, mitigando a expressão, quem não adota a ciência como seu objeto de fé é irracional [ou age de modo tal].



Dentro do aspecto relacionado à teoria e à metodologia, o laicismo é observado como um objeto de estudo esclarecedor sobre a questão da prática pedagógica do ensino religioso no Estado Democrático de Direito. Assim que, se toma como *leitmotiv* a seguinte situação-problema: De que maneira o desconhecimento lógico sobre o preceito do laicismo e suas dimensões políticas e sociológicas tem conduzido as sociedades contemporâneas a conflitos extremos, prejudicando a existência pacífica das culturas religiosas nos Estados Democráticos de Direito? De que forma o Ensino Religioso, pautado na prática da transposição didática e fundamentado nos princípios do laicismo, pode contribuir para a formação integral do ser humano?

Mais complexo que responder a estas perguntas é saber se, efetivamente, o laicismo é o elemento que se mostra capaz de solucionar esta dicotomia que se colocou para além do homem, como se ele fosse uma coisa que se divide quanto ao pensamento, acionado por um objeto qualquer. Como determinar o momento em que o indivíduo deixa de lado a sua fé e toma a ciência como objeto de verdade absoluto, indiscutível quanto aos seus resultados, sendo que, ao assim agir, ela própria se torna um dogma que sequestra o direito subjetivo à liberdade de dúvida.

Sendo assim, o que se pode tomar é que o laicismo seja aplicado à realidade educacional estatal como um elemento que mais se aproxima de permitir uma distância adequada a que professor e estudante possam discutir a amplitude, a profundidade e o comportamento do objeto através da interpretação de sua psicologia, sem que cada qual se deixa arrastar pelo proselitismo religioso ou pela aversão às religiões e aquilo que era para ser uma troca de experiências e conhecimentos, transforme-se em um jogo estranho de poder.

Faz-se necessário, ainda, que se tenha esclarecido o conceito, os princípios e a dimensão do laicismo para que, uma vez aplicado à ação didática da práxis pedagógica do ensino religioso, esta não ultrapasse os limites da liberdade de expressão e nem fique aquém da formação de um pensamento horizontalizado sobre a religião e seu papel na formação da condição humana. Muitos teóricos se insurgiram contra a prática e a influência da religião sobre o pensamento humano e, na tentativa de dar-lhe combate, acabaram consumidos por seus sentimentos de aversão, fazendo surgir doutrinas mais sangrentas que aquelas que acreditavam combater com seus discursos.

Não fosse este o problema, fazem uso do laicismo para justificarem suas ações esdrúxulas e pueris, fazendo surgir um grupo de revoltados sem causa, tendo aversão ao princípio religioso que sempre fez parte da essência humana. Assim que, o que se

procura defender é a aplicação de uma transposição didática aplicada ao ensino religioso de forma que a mensagem interior de transformação do pensamento humano alcançada através da reflexão e da prática, ambas como produto resultante da experiência, muitas das vezes, esta ocorrendo tão intrinsecamente, que a psicologia do objeto a ser submetida à análise e à interpretação é a do próprio analista. Isto revela que a condição a ser estudada está para além da compreensão simples do homem, devendo ser tratada como um ato científico, seguindo todo o rigor nas diversas etapas a serem consideradas para a prática pedagógica do ensino e da aprendizagem de ensino religioso nas escolas públicas.

ACERCA DO LAICISMO

O laicismo é uma condição que surge em eras muito distantes na Grécia e que, graças a este movimento, formou e consolidou-se o estado democrático grego, rompendo com o estado religioso, onde política e religião não conheciam diferenciação. O mais interessante é que, ao se observar que a religião se manteve presente no estado laico ateniense, sem aparentes conflitos de ordem política. Mesmo quando Péricles sofre um *impeachment* por se mostrar incapaz de atuar diante da epidemia de peste que assolou Atenas, exatamente, porque não conseguia fazer-se ouvido pelos deuses, tão logo, as coisas tenham se acalmado, ele foi convocado ao poder novamente. Faça-se esclarecer que, em um estado democrático, em que o poder emana do povo, como que se pode exigir que suas crenças mais intrínsecas sejam destruídas e/ou postas em abstrato?

Os gregos, talvez representem o único povo que, de fato, conseguiu compreender esta questão delicada sobre a existência secular e a existência religiosa, no mesmo ambiente e, esta condição não era para ser assombro para nenhum ser humano, porque vê-se obrigado a digladiar consigo mesmo por todos os dias em sua luta em busca de um estado de equilíbrio que somente se afasta de si. Esta é uma boa interpretação do laicismo em si, em que não deseja e nem pode abolir o estado sacro, considerando que a vida, como um todo, é sacra.

O que desafia é a forma como esta sacralidade vai procurar diálogos com a secularidade, de forma a tornarem-se uma única definição de alguém, não interferindo nas formas de ensinar e, muito menos, nas formas de aprender sobre a religião, buscando mecanismos que permitam ao homem proceder à sua religação com o sagrado através da fé, enquanto luta pela sua sobrevivência.

Quando se afirma que o Estado deve ser laico, isto não está-lhe imputando a obrigação de atuar como um ente que nega aos seus cidadãos o direito de



terem uma fé livre e comprometida e muito menos que suas escolas possam ensinar conteúdos de caráter vinculados à simbologia religiosa clássica e tradicional dos povos que formam a comunidade humana.

O laicismo não pode ser interpretado como uma doutrina canônica chauvinista em oposição aos credos e às inferências da população, como se isto representasse uma forma de defender os interesses da nação contra um tipo de dominação específico. A primeira coisa que se prega, ao pensar sobre o laicismo é a condição de liberdade para se expor o pensamento da forma como melhor aprovar, acatando ou não, as ideias alheias, contrárias ou não.

Em nome do laicismo já tentou abolir a ideia de Deus, a sua existência completa e a sua presença na sociedade e, o resultado foi uma situação catastrófica que se arrasta até os dias atuais em tais sociedades. O problema é que, ideias que poderiam ser discutidas de maneira aberta e sobre bases fenomenológicas terminam provocando discordâncias e conflitos que se provam insolúveis, porque se colocam duas figuras que se creem em completo domínio da razão esquizofrênica.

Estes problemas são muito recorrentes em sociedades com nível intelectual reduzido em que, como a maioria esmagadora, não detém capacidade intelectual para conduzir discussões a partir de um conceito, ignoram a sua existência por completo; mas, como não é possível assim prosseguir, porque o ser humano é um ser regido pela palavra e seus valores simbólicos [*diretos e indiretos*] aqueles que pretendem persistir elaboram um conceito qualquer e utilizam-no como arma de ataque e de defesa, a depender da conveniência da situação. O problema é que, através deste tipo de argumento tático, vão criando uma legião de fanáticos que se creem revolucionários e atuantes contra o reacionarismo religioso patriarcal.

No Brasil, a primeira menção ao ensino laico está presente na Constituição Federal de 1891 (a Constituição Republicana), que elegeu formalmente a secularização do ensino público no Brasil. Tornou, definitivamente o Brasil um país laico (neutro, indiferente). Caracterizada pela separação entre Estado e Igreja, a nova Carta traz como grande inovação a laicidade do ensino, ao dispor em seu art. 72, §6º que seria “leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.”

A título de esclarecimento, o vocábulo *leigo*, é uma palavra que pertence ao léxico da língua castelhana, significando *laico*, com o sentido claro de separação entre as prerrogativas de dever do Estado e as coisas devidas à religião. Mas, aqui em *Tierras Brasilis*, foi interpretado ao sabor da pena, como aquele indivíduo que não tem conhecimento sobre determinado

assunto e, o resultado de tamanha ignorância por parte dos gestores foi que indivíduos analfabetos e semianalfabetos assumiram cargos de professor, ensinando nas escolas públicas da forma como bem se lhes aprouvesse toda a incompetência para a função, persistindo, a presença deste profissional, em algumas regiões brasileiras, até quase a metade da segunda década do século XXI.

Com isto, a religião continuou a ditar as regras nas escolas, pregando o seu proselitismo e toda forma de preconceito contra tudo o que não representasse, de fato, a doutrina Cristã-judaico-católica. O papel atribuído à Constituição fora o de que, assim, como era previsto na constituição norteamericana houvesse uma clara distinção entre os papéis atribuídos a cada ente; não sendo o que fora executado. Isto se deve a que o poder da Igreja sobre a política era determinante; logo, não iria perder seu espaço sem lutar por ele; acresce-se o fato de o país ser, à época, um conglomerado de analfabetos completos e, faculdades e universidades existiam apenas nas capitais, sem condições de formar profissionais licenciados para lecionar, o que fez com que a interpretação errônea do termo ajudasse a nação em sua luta pela erradicação do analfabetismo (sic).

Em muitas comunidades, o espaço das igrejas serviu como sala de aula, o que não tem nada a ver com laicismo ou a crença dos participantes, uma vez que o conceito técnico está relacionado à interferência nas determinações obrigatórias cívicas que compete, de maneira exclusiva, ao Estado, a destacar a formação técnico-científica dos indivíduos, considerando que um país não apresenta muitas condições de avanços caso continue a crer em milagres e outros tipos de intervenção determinados por forças do além.

O ensino religioso secular, como parte da grade curricular educacional, deve obedecer aos princípios determinados nos planos de ensino elaborados pelo Estado e também não se perder na questão de que os fundamentos da Pedagogia são o de promover a formação integral do homem; mas, isto não quer dizer, sob nenhuma hipótese que vá tratar de assuntos que estão fora de seu escopo. É seu dever, como ramo das ciências a que pertence, a Teologia, que explane sobre o estudo epistêmico acerca das religiões e suas vertentes. O que o pensamento laicista condena é o proselitismo religioso, a defesa apaixonada de uma determinada denominação em prol de outra, sem permitir que o estudante tenha uma visão holística dos valores de cada sociedade atribuídos às suas respectivas religiões através da crença e da fé.

Neste sentido, Stigar (2009) argumenta que, sendo o Ensino Religioso visto como área de conhecimento, ou seja, constituindo disciplina curricular será ele mais um importante espaço de reflexão e formação,



onde o educando fomentará interações de diversas áreas de conhecimento, possibilitando assim uma formação integral, ecológica, holística, sistêmica e não mais uma formação fragmentada, dividida em áreas, vinda da escola tecnicista e do cartesianismo da ciência.

Com o surgimento da filosofia, toda uma gama de pensamento analítico começou a sair de dentro do espaço fechado da cabeça individual e ganha outros pensamentos individuais e coletivos que, igual a esta primeira, já se fazia tais indagações, mas que não sabia como executá-las; logo, era melhor ficar no nível que se encontrava. Isto não quer dizer sob nenhuma hipótese que a fé foi sendo suprimida ou substituída pela razão; ela passa a necessitar desta última para fazer valer sua força existencial.

O conflito entre a fé e a razão é uma questão que somente faz sentido em debates acadêmicos sem sentido; porque, todas as duas são construções particulares em que o indivíduo que deseja seguir uma carreira filosófica, em qualquer sentido, dedicando-se ao estudo profundo e sistemático sobre os fenômenos naturais ou artificiais, religiosos ou políticos, deve ter em conta que seus sentimentos mais intrínsecos irão pesar na hora da emissão de seu juízo, bem como sua profissão de fé, de caráter religioso ou não.

Eis que está-se diante do primeiro problema que não é nem religioso e nem político; mas, caracterizado por um intenso déficit cognitivo em que o ódio à religião impede que se analise as condições reais sobre o que representa a fé e o que se preconizou chamar de *razão*, como se a crença em coisas e fenômenos fora do escopo da lógica, a qual pode ser submetida à verificação e à refutação, fossem atos de insanidade, atitudes desmedidas e que devem ser ignoradas, *em nome da verdade*.

Estas condições de juízo arbitrário é uma questão complexa, porque basta que o poder mude de mãos para que o condenado ao alijamento, à perseguição e à fogueira, também. Quando a fé era o cerne de todo o pensamento, bastava que um cientista apresentasse suas conclusões para que fosse taxado de insano, herege, profano, blasfemo e, não tardava em estar a arder na fogueira santa da Santa Inquisição; tudo em nome de Deus e para a preservação, também da *verdade*. Isto faz chegar à conclusão dada por Nietzsche de que a verdade é uma conveniência manipulada ao sabor do interesse de quem está em posse do poder: Eis uma de suas interpretações sobre a mesma: “o que a humanidade até agora teve em séria consideração não são sequer realidades, são simples imaginações; em termos mais estritos, mentiras provenientes dos instintos maus de naturezas doentes, perniciosas no sentido mais profundo – todos os conceitos de ‘Deus’, ‘alma’,

‘virtude’, ‘pecado’, ‘além’, ‘verdade’, ‘vida eterna’... Mas foi neles que se procurou a grandeza da natureza humana, a sua ‘divindade’... Todas as questões da política, da organização social, da educação, foram de cima ao fundo totalmente falsificadas, porque se tomaram como grandes homens os homens mais perniciosos – porque se ensinou a desprezar as coisas ‘pequenas’, ou seja, as preocupações fundamentais da vida... A nossa cultura hodierna é ambígua em sumo grau...” (Nietzsche, 2008, p. 40).

Sendo assim, o que se tem como verdade: aquilo que convém; não o que é, de fato! Quem se der o direito de ditá-la, o fará em nome do que se torna conveniente, seja a ciência, seja a religião. No presente momento, quem está a dominar o cenário político tem adotado o lado da ciência e da pesquisa científica como o mais propenso a garantir sua condição de domínio; mas, ninguém está seguro de que a Idade das Trevas retorne e a ignorância travestida de sabedoria *divina* volte a ser a régua com que se irá determinar a autenticidade e a veracidade dos fenômenos, não havendo mais a necessidade de que sejam explicados. E, quando isto acontece é o momento em que se perdeu, de modo autônomo, a autonomia sobre a possibilidade de aprendizagem e de desenvolvimento intelectual, porque a todos, indistintamente, cabe o direito, tanto consuetudinário quanto positivista, de acreditar ou não, nas explanações técnicas apresentadas pelos cientistas e demais estudiosos. A censura passa a existir quando estes são impedidos de expor suas ideias e descobertas e, o castigo sobre eles aplicado, ter como objetivo despertar o medo até mesmo na crença de tais ideias.

A Constituição Federal de 1988 declara a educação religiosa no Estado Brasileiro como sendo de cunho interconfessional (e isso implica, às vezes, numa reflexão que envolve a própria fé), a de julgar os indivíduos como aptos ou não aos processos de salvação ou redenção, segundo os critérios de uma determinada religião. Todo juízo se fundamenta em uma crença e em um critério de valor subjetivo; este é o que procura-se combater ao se trabalhar a ideia de uma educação religiosa que traga em seu escopo a pretensão de permitir ao ser humano a re-construção de seus laços afetivos com um ser superior, condição que somente se alcança pela fé.

Laicismo designa, pois, um princípio, uma ideologia de matriz, claramente humanista que, ao valorizar as dimensões mais universais do ser humano, entendido na sua individualidade plural, tem um sentido contrário ao etnicismo ou, melhor, aos etnicismos – regionalismos, nacionalismos, etc. – que, acima de tudo, valorizam as diferenças e os particularismos por que se podem afirmar os diferentes grupos humanos. Isto dignifica, em termos laicos, que todos, sem distinção, são livres para decidirem sobre o que



acreditar ou não, independentes de terem uma fé ou não e de onde esteja sendo ofertado as condições de estudo sobre as particularidades de cada religião, sem que isto configure princípios confessionais.

O estudo amplo sobre a religiosidade e o ensino religioso na escola, dentro do currículo escolar oficial, em um país onde se tem a democracia como seu maior orgulho e a liberdade religiosa ampla e irrestrita um direito garantido em sua carta magna, não pode ser objeto de discussão acerca se está certo ou errado, se está a ferir o direito de um e de outro, porque se torna a descrição mais fidedigna da ignorância didática que tem tomado de assalto o processo educativo como um todo. A escola é o lugar de se exercer a ciência e o pensamento científico; logo, tudo que se preconize dentro de seu espaço é transformado, de maneira automática, em objeto pacífico de análise, interpretação e síntese científica. Assim que, a religião, uma vez abordada dentro do campo semântico da educação é definida como um elemento a ser submetido ao estudo amplo, profundo e irrestrito a fim de se definir a sua dimensão filosófica, antropológica e sociológica.

Assim, tem-se que *laicidade* é a doutrina filosófica que defende e promove a separação entre Estado e religião ao não aceitar que haja confusão entre o Estado e uma instituição religiosa qualquer, assim como não aceitar que o Estado seja influenciado por determinado pensamento religioso doutrinário. A doutrina laica surgiu e se fortaleceu em virtude dos abusos estatais cometidos em nome de crenças religiosas, como ocorrido na Idade Média, quando a Igreja Católica Apostólica Romana impunha seus dogmas a todos, sob pena, inclusive, de fogueira em casos que julgasse mais graves (através de julgamentos canônicos, sumariamente realizados pelo Tribunal da *Santa Inquisição*, o que fez com que se denomine este período histórico como *Idade das Trevas*).

Parece estranho quando se refere ao laicismo como uma doutrina; uma vez que, para as autoridades mais e menos despreparadas o motivo de sua existência é o combate ao pensamento doutrinário religioso; o que pode bem pode ser factual, mas, só se tem como combater uma doutrina com outra. Logo, a situação posta é a de que existe todo um caminho a ser seguido no interesse de esclarecer e determinar os limites de atuação de cada parte sobre a vida do indivíduo, em que, da mesma forma que a religião confessional não pode determinar, *sub judice*, o que é bom ou ruim, o que é certo ou errado, como deve agir, se comportar, na mesma proporção o Estado não o pode fazer, considerando que o ser humano é livre, portanto, detentor do direito consuetudinário de escolha, estas que podem induzi-lo a erros, cabendo à sociedade e às entidades civis o papel e o dever de

orientá-lo sobre a melhor forma de evitar tais situações.

O laicismo representa a condição de liberdade do ser humano de decidir sobre qual denominação religiosa se pretende agregar e como se portar nos ambientes públicos, em que sob nenhuma hipótese, o seu direito de fé está sendo posto em questionamento ou impedimento; apenas que se guardem os limites civis, pelo fato de que há terceiros ali presentes que comungam de uma fé estranha àqueles outros.

O que não pode ocorrer é nem mesmo o entendimento de que através da doutrina laicista houvesse uma expatriação do direito de exercício da fé, de forma livre e pacífica, dado que tal direito é garantido, *ipsis litteris*, na Constituição Federal de 1988. O estudo das leis e sua compreensão é um dever de todo e qualquer cidadão para que possa compreender os limites até mesmo de seu preconceito exposto. Ao se adotar o regime laico, o Estado não exige a profissão de fé de seu sistema burocrático; apenas delimita a forma como esta pode ser expressa e com um direcionamento claro a que todas as outras formas de expressão religiosa também sejam respeitadas e o que lhes cabe, judicialmente, caso não cumpra com os seus deveres prescritos em lei.

A sociedade acostumou-se a menosprezar tudo o que não se sujeita a um pensamento estrito sobre a fé e sua manifestação. Isto evidencia a ausência de formação filosófica ou uma formação deficitária neste aspecto, em que não se aprende a analisar a justa medida entre direitos e deveres e os limites entre o espaço público e o privado. Ninguém deve se tornar ateu ao ingressar em um ambiente público de trabalho; o que se orienta, a partir do laicismo é que, se mantenha o devido respeito à sociedade brasileira, que possui amplas denominações religiosas e diversas matrizes de fé, de diversas origens, distintas da religião oficial adotada pelo País, enquanto Estado-Nação.

Partindo do exposto acima, faz-se relevante a aplicação da transposição didática sobre o tema do laicismo e o ensino religioso nas escolas, destacando que, “O conceito de transposição didática remete ao passo do saber erudito em direção ao saber que é ensinado e, portanto à distância eventual, obrigatória que os separa, dá testemunho sobre este questionamento necessário, ao mesmo tempo em que se converte em sua primeira ferramenta. Para aquele que ensina, trata-se de uma ferramenta que permite recapacitar, tomar distância, interrogar as evidências, por em questão as ideias simples, desprender-se da familiaridade enganosa de seu objeto de estudo. Em uma palavra, o que lhe permite exercer sua vigilância epistemológica. É um dos instrumentos da ruptura que a didática deve exercer para constituir-se em seu



próprio domínio; é aquele através do qual a entrada do saber na problemática da didática passa da potência ao ato: na medida em que o ‘saber’ deveria ser para ela problemático, pode figurar, adiante, como um finalizador de enunciação de problemas (novos ou simplesmente reformulados) e, em sua solução definitiva” (Chevalard, 2000, p. 19).

O conhecimento erudito é uma conquista de longa data e sua complexidade não reside na forma como é exposto apenas; toda a profundidade que o acompanha e que foi responsável por sua produção não é algo que se pode traduzir de forma serena e imponente, como se tudo estivesse óbvio e transparente. Aquilo que está nítido no pensamento do professor, pode se revelar totalmente incompreensível ao estudante e, é aí que surge a necessidade de se criar caminhos didáticos, através do desenvolvimento de metodologias, para se fazer compreendido sem recorrer a modismos ou a outras formas de interpretações que se mostram ridículas.

A transposição didática faz referência a uma possibilidade de conhecimento da psicologia do objeto e, a partir deste ato, chegar ao espaço de entendimento da coisa em si e de seu modo de atuar sobre a realidade. No caso do ensino religioso, a intenção é fazer com que entendam que o seu papel é ensinar sobre o sagrado e o profano e como eles se imbricam, construindo um elo que permite ao ser humano avançar sobre sua ligação que, não se sabe em qual momento, fora rompida e que dada a sua condição filogenética, deseja que este laço seja reatado.

Quando o professor encontra um caminho que permite ao estudante compreender o seu pensamento, sem ter que chegar ao extremo de reduzir o sentido do que está expondo, eis que realizou a atividade da transposição didática da maneira mais técnica possível. Isto faz com que o ensino e a aprendizagem se transformem em relações diretas de aprofundamento em direção a novas construções cognitivas e intelectuais. Este é o objetivo de todo o processo educativo, em que o que se é ensinado deve ser de tal forma que conduza o estudante a uma transposição de sua própria condição de aprendizagem.

A transposição didática é uma metodologia que surge dentro do campo da didática, uma vez que, mesmo estando dentro do espectro da Pedagogia, ela é, também, assim como a primeira, uma ciência que detém os seus princípios norteadores, conduzindo o pensamento a uma construção epistemológica mais ampla e mais profunda, permitindo que aqueles conhecimentos abrangentes se integrem ao ser, respeitado a sua dimensão gnosiológica ainda imatura; mas que, quando se aproxime a idade em

que poderá acessá-los com a devida propriedade, que assim o possa fazer e compreendê-lo integralmente.

Segundo Souza (2022), transposição didática pode ser compreendida como a capacidade de se fazer compreendido no campo epistemológico do outro, no campo semântico do outro, sem recorrer a idiosincrasias e/ou baixar o nível intelectual da práxis pedagógica. Portanto, não se trata de uma adaptação do pensamento; é uma condição metodológica que possibilita a discussão, a argumentação e a dialética epistemológica com o fim de se chegar a uma compreensão ampla, profunda e dinâmica sobre o objeto-alvo de estudo e sua psicologia.

A transposição didática é uma condição iminentemente empírica, não teórica; não pode ser interpretada como uma metodologia, uma estratégia de ensino, uma disciplina, uma ciência ou uma técnica pedagógica; ainda que seu conceito possa ser tratado dentro de um espectro teórico estrito, a sua produção e sua execução se dão intrinsecamente vinculadas ao campo da ação, onde o professor detém a oportunidade de analisar a situação de entendimento e compreensão dos estudantes acerca do que está sendo tratado e ajustar as coisas em sintonia com seus objetivos didáticos, previamente, planejados. Com isto, tem-se que representa um caráter, estritamente, pragmático.

Assim que, a prática da transposição didática, automaticamente, se transforma em uma práxis pedagógica, em uma relação direta e síncrona de reciprocidade e simultaneidade entre a teoria e a prática (Caniçali e Souza, 2024). Portanto, deve ser planejada devidamente sobre como se dará sua aplicação, mas sabendo que é no âmbito da atuação pedagógica que poderá efetivá-la, ajustando todo o pensamento e o raciocínio para a compreensão plena do que se pretende como aprendizagem efetiva.

No que se refere à transposição didática referente ao ensino religioso, o professor deve estar atento para que faça referências ao tema em questão, deixando evidente que toda religião possui seus dogmas e seus ritos de passagem inerentes às crenças que professa. Trata-se de um conjunto de crenças coletivas que, particularmente, reduzem à ligação do ser com o Cosmo e, ao final de tudo, o que se tem é a fé a servir como elemento de coesão; não a verdade ou a suposição sobre ela.

A educação religiosa que a Igreja Católica impôs sobre todos, produziu como resultado, depois de séculos, um aleijado emocional que acredita que as suas dores podem ser removidas e si e de seu espírito da mesma forma que um cirurgião retira um tumor do corpo de um paciente. Não tem a menor noção de que o mecanismo que a fé utiliza para superar os desafios é através do fortalecimento do ego; porém, se por um



acaso deixa escapar esta expressão já é capaz de despertar a fúria no indivíduo que atribui a ela tudo o que existe de vilipêndio em seu pensamento e afasta-se angustiado [*mais ainda*].

Parece aqui, talvez, muito estranho, afirmar que o papel do laicismo é, exatamente devolver esta compreensão do ser, como uma criatura que é psicológica e que, muitas de suas angústias e melancolias não podem ser retiradas de si e, por vezes, nem mesmo relegadas ao esquecimento, exigindo que se aprenda a conviver com os fantasmas e demônios a assombrá-los e a tentar destruí-lo; porém, encontra-se um caminho, uma forma de religar-se com sagrado e nesta re-construção de um laço, há muito perdido, descobre-se forças necessárias para apender a suportar com coragem e poder a todos os desafios que são postos.

Esta é a condição para que o estudante não confunda a religião em si com o ensino religioso, ou seja, o estudo que vai abordar as diferentes manifestações religiosas dos povos que habitam a terra e, cada qual, a seu modo e, de acordo com as situações enfrentadas por seus antepassados, adotaram crenças que lhes são particulares. O conhecimento sobre tais culturas é o antídoto contra o preconceito em relação aos valores adotados pelos outros, que não fazem de si nem melhores nem piores que qualquer outro. Em seus mundos particulares, os seus deuses são capazes de realizar tantos milagres quanto qualquer outro.

A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NO ENSINO RELIGIOSO EDUCACIONAL ESCOLAR

A didática é uma ciência e, ao mesmo tempo, um componente pedagógico que vai ser responsável pela condição de ensino e de aprendizagem, ou seja, será necessário todo um conjunto de técnicas, ações metodológicas, intervenções a fim de se fazer com que o conteúdo sistemático seja apresentado da maneira mais pragmática possível e a absorção dos conhecimentos assim como sua compreensão pelo estudante possa atingir o que se espera [*pelo menos, em tese*]. No entanto, não basta ter a aplicação erudita dos procedimentos para que o resultado seja alcançado na proporção exata da intenção, porque o objeto com o qual [*e sobre o qual, bem como a partir do qual*] se desenvolve a ação didático-pedagógica tanto recebe quanto sofre influências de natureza diversa, criando a exigência de elaboração de processos de intervenção de forma aprimorada e fundamentada em preceitos técnicos relacionados à matéria em estudo.

Compreendendo a dimensão epistemológica do tema em questão, necessita-se pensar mecanismos de transposição didática que possibilite ao professor transmitir os conteúdos ao mesmo tempo em que

possibilita a compreensão do mesmo pelo estudante, ampliando e potencializando as condições de aprendizagem. Especificamente, acerca do ensino religioso e há que adotar-se o devido cuidado para não referir-se a este componente curricular como *Educação Religiosa*, porque o conhecimento sobre a religião e seus desdobramentos, os deuses representados pelas diversas culturas é uma condição essencial na formação epistêmica do indivíduo; mas, não se pode, sob nenhuma hipótese, perder de vista que a religião persiste como uma condição subjetiva, uma decisão particular de cada indivíduo, sobre a qual não se presume qualquer tipo de interferência confessional-doutrinária.

Quando se fala em transposição didática, esta expressão não pode ser tomada ao pé da letra, porque o que se busca é criar um método de ensino que possibilite fazer com que o conhecimento erudito chegue a quem é de interesse da forma mais transparente possível, permitindo-lhe que aprenda e apreenda os conteúdos, considerando que, quando sobrexiste um determinado grau de dificuldade na condição de entendimento dos conteúdos sistemáticos a primeira coisa que advém, por parte do estudante, é uma resistência intensa àquele material e, conseqüentemente, à matéria e ao professor.

Assim que, a experiência de trabalho através da transposição didática não se refere à condição de ensino e aprendizagem, pura e simplesmente; há algo muito mais profundo, que é a intenção de criar um laço epistemológico e fenomenológico entre o estudante e toda a matéria com a qual trava contato didático. A aprendizagem de algo deve oferecer desafios, contrário ao que se vem preconizando, que o ensino é que deve proporcionar tal situação e, mais necessita que esta produza conflitos de toda natureza; mas, tudo isto somente acontece quando existe um limite de entendimento epistêmico que o aluno consegue aproximar-se e, de alguma forma, em alguns momentos superar, através de seu próprio esforço e compreensão das coisas em si.

No caso do ensino religioso, esta é uma questão delicada, porque não há qualquer maneira conhecida de se compreender o sagrado; pode-se entender a forma como o homem lida com suas manifestações empíricas e o seu sentido para a vida. Para além disto, precisa ter claro que o universo religioso é amplo e multifacetado, devendo ser tratado como um campo semântico-científico em que uma gama de deuses, seres mágico, fantásticos, crenças diversas fazem parte e que, tudo isto, quando tratado no ambiente educacional extrapola qualquer limite da fé reducionista em um único deus ou religião. Trata-se de uma discussão ampla e profunda sobre as diversas formas de expressão humana, na tentativa de religar-se com o sagrado e nisto, tem-se abordagens de



diversas ciências, destacando a Antropologia e a Sociologia.

O que se observa é que, para além da Teologia, como ciência que vá coordenar, dirigir e direcionar o processo de ensino e de aprendizagem sobre a matéria, outros campos do saber devem ser acionados e expostos, como caminhos a serem seguidos, na condição de se apreender os conteúdos e poder formar uma ligação intelectual entre eles e o que representam para a vida e a existência humana, em si. Não se trata, somente de conhecer os deuses, os heróis e as histórias que os envolvem; há que entender como vinculá-los à construção da personalidade humana, individual e coletiva e é, neste ponto de inflexão que a transposição didática é aplicada.

Por ser um tema, relativamente novo no cenário educacional e muito pouco tratado, existe uma gama de professores que acreditam que, quando fazem adaptações ridículas que não conseguem ensinar nada a ninguém e os alunos nada conseguem aprender, também, estão aplicando a transposição didática aos seus conteúdos programáticos, de forma sistemática. Para se executar a ação, faz-se necessário, conhecer, em profundidade a psicologia do objeto-alvo sobre o qual se dedica seus esforços de aplicação epistêmica.

Esta condição, por si só, já seria suficiente para afastar o delírio de que esteja aplicando uma didática diferenciada e adaptada aos formatos de potencialidade de aprendizagem dos estudantes, em especial, no que se refere ao tema em debate e estudos. Esta é uma condição muito especial e que, quanto mais se aprofunde em seu dimensionamento fenomenológico, mais se aproxima de elaborar um trabalho intenso e dinâmico, capaz de conduzir o aluno a uma aprendizagem eficiente e eficaz.

O conhecimento sobre as religiões não se limita a ter dados sobre os deuses que os povos antigos e atuais adoram e suas respectivas liturgias. A forma como as leis foram redigidas, quase que obrigando aos homens do passado a seguirem os princípios de religião com o sagrado e sua relação com o profano é o que precisa ser trabalhado nas aulas de ensino religioso e não de educação religiosa como se preconiza chamar em alguns casos e esta expressão, por mais singela que se possa demonstrar esconde um preconceito vultoso, porque educação, em seu sentido semântico, significa endireitar o que é torto, aquele que não está em consonância com os valores e princípios de uma determinada sociedade. Como a nação brasileira é, majoritariamente, cristã, automaticamente que, a noção imprensa, de modo subjetivo, a partir de tal condição é a de que a doutrina judaico-cristã é a que deve ser ensinada, junto com todos os seus dogmas.

Sumariamente, o professor está insinuando que a religião que a criança professa, caso não seja a adotada pela sociedade, não é a correta; devendo ser corrigida através do esclarecimento da verdade dada pela fé que este acredita ser a autêntica. Não se trata de expressar isto por vias diretas; mas, por vias indiretas e utilizando mensagens de exaltação de uma única religião em detrimento do silêncio sobre as outras, o que já é um desfecho negativo; mas, o que se necessita inferência no processo, a fim de compreendê-lo é que a proposta pedagógica não é esta e sim, ampliar o conhecimento epistêmico no que concerne às religiões, suas histórias de origem e abordagens antropológicas e sociológicas.

O interesse com a aplicação da transposição didática é a aprendizagem eficaz dos conteúdos; não é torná-la mais fácil e, quem assim pense, não compreende nada do que seja, de fato, o trabalho pedagógico. Nenhum processo de aprendizagem é fácil, porque compreende uma série de fatores abstratos e concretos que vão desde o contato com os conteúdos, estes ministrados pelos professores, passando pelo processo de assimilação com aquilo que já se conhece através das leituras e da experiência empírica até chegar ao ponto de reconstruir o que tem definido como conhecimento próprio e autônomo.

Infelizmente, o ensino religioso nas escolas vem sendo visto como resultado de uma queda de braço entre duas forças que não se compreendem e apenas estão interessadas em provar quem detém mais poder e, assim, o Estado, na tentativa de afastar a religião e todas as suas ideologias funestas da escola, tenta fazer com que o ensino neste campo seja uma coisa que leva ninguém a lugar algum e, por outro lado, a Igreja Católica, na tentativa de reaver o seu poderio absoluto sobre tudo e todos, tenta impor um proselitismo religioso sobre os estudantes, via atividade curricular.

A transposição didática não é capaz de transformar um professor despreparado em um excelente profissional; mas, ela é capaz de levar um professor excelente a um nível acima da excelência em sua atuação didática e, como resposta, ter um aprendizado amplo, profundo e caracterizado, permitindo a formação de uma visão pedagógica da aprendizagem. Ensino religioso é uma disciplina fundamental, como todas as outras; porém, a abordagem deve se dar no sentido epistemológico, não proselitista redundante.

CONCLUSÃO

O entendimento sobre o conceito de laicismo tem se mostrado insuficiente para conduzir o ensino religioso formal, executado dentro das escolas públicas como parte do currículo, ao seu nível de



exigência e preceito ao qual foi desenvolvido desde longa data, no século XIX, quando se busca retirar a Igreja Católica e todo o seu domínio das coisas seculares. É fato sabido que esta instituição nunca aceitou o esclarecimento oferecido pelas ciências para os fenômenos naturais, mantendo o ser humano a crer em milagres e, assim, subservientes às coisas divinas; mas, que eram administradas pelos padres.

O que sucedeu foi que, com a separação das ideias religiosas e as ideias científicas, ambas as instituições; porque a ciência é formada e produzida por homens e que, em sua maioria, foram criados e elevados à condição de doutores e sábios pela Igreja; porém, a rivalidade entre homens produziu ofensas, cada qual por sua parte e vez, tentando manter a verdade sob sua tutela e, com isto, tentando angariar adeptos para sua religião particular; porque isto é o que se torna uma verdade quando imposta a um séquito de fanáticos.

O laicismo é uma tentativa de Durkheim, em que cada parte no processo cuidasse de suas buscas e revelações, utilizando modos distintos e metodologias particulares para se explicar os fenômenos naturais e, naquele momento, os fenômenos sociais. A esta altura da contemporaneidade, em que se tem como alvo o conhecimento erudito, o esclarecimento sobre cada religião e seus mecanismos ritualísticos é apenas um caminho para a erudição e nada mais. No ambiente escolar não se vai promover reflexões e liturgias sobre cada denominação religiosa ou fazer procissão de fé; porque ali, se busca a *episteme*, não o caminho que lhe permita ou possibilite a sua *re-liquação* com o sagrado.

O profissional do Ensino Religioso faz sua síntese do fenômeno religioso a partir da experiência pessoal; mas, necessita, continuamente, apropriar-se da sistematização das outras experiências que permeiam a diversidade cultural, o que torna necessário maior investimento na qualificação e capacitação de profissionais para atuar como regentes na referida disciplina, porque irá desafiar o que este indivíduo acredita, considerando que terá que preparar suas aulas, estudar a fundo, confrontar pensamentos, suas crenças, sob pena de não estar fazendo ciência nem praticando à docência.

Sem conhecimento erudito sobre as formas políticas e sociológicas que determinam as ações pedagógicas, fica muito difícil exercer a práxis sobre determinado assunto de elevada complexidade como é o laicismo e suas implicações sociológicas no Estado Democrático de Direito. Religião e ciência se coadunam na intenção de construção de uma personalidade humana, demasiado humana, em que se pense estar fundida a fé e o conhecimento erudito,

sem que isto provoque conflitos de qualquer natureza.

Para que se possa atingir este nível de excelência didática, há que lançar mão de instrumentos de ensino que ampliem a potencialidade de aprendizagem e, a transposição didática tem sido a ferramenta que melhor tem assegurado tais resultados em nível de campo; isto, porque para se aplicá-la e obter o resultado esperado, o professor deve conhecer, em profundidade e amplitude, a disciplina que ministra e a psicologia do objeto-alvo para quem dirige os seus conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, imensamente, aos professores e demais profissionais que contribuíram, de maneira direta e indireta, para que este trabalho fosse produzido.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BRASIL. Constituição Federal de 1891 – Art.72 § 6º. In: BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1891. Vol. II. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001b.
- CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: Del saber sabio al saber enseñado**. 3. Ed. 1ª Reimpresión. Buenos Aires: Aique, 2000.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 27, Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso 15 de out. de 2010.
- DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. Campinas: **Revista de Estudos da Religião**. Setembro de 2009.
- DURKHEIM, David Emilé. O Ensino da Moral na Escola Primária. In: **Revista Novos Estudos**, n. 78. [s.l], Julho de 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- JASPERS, Karl. **Introdução ao Pensamento Filosófico**. 3. Ed. São Paulo: Cultrix, 1965.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, ciência e religião e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.



MIKULINSKIY, S. P. **Ciencia, Historia de la Ciencia, Cienciología.** *Recopilación de artículos.* La Habana: Editorial Academia, 1985.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo.* Como se chega a ser o que se é. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Euvres Complètes.** Vol. 4. Paris. Gallimard, 1967.

SOUZA, Sérgio Rodrigues de. **A pedagogia nas organizações empresariais.** Formiga: RealConhecer, 2022.

STIGAR, Robson. **A História Do Ensino Religioso No Brasil.** Disponível em: Disponível em: www.artigonal.com. Educação. Acessado em 21/03/2012.

STIGAR, Robson. **O tempo e o espaço na construção do Ensino Religioso:** um estudo sobre a concepção do Ensino Religioso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

VESCE, Gabriela E. Possolli. **Laicismo.** Disponível em www.infoescola.com › Filosofia. Acessado em 02/04/2012.

WHITTEMORE, R.; NAFL, K. **The integrative review:** updated methodology. Portland: Leading Global Nursing Research, 2005.